



ISSN: 2595-5713

Vol. 05 | N°. 10 | Ano 2022

Danilo Ferreira da Fonseca

CENTROS DE MEMÓRIA E ENSINO: A FRENTE PATRIÓTICA RUANDESA E A DIFUSÃO DA HISTÓRIA DE RUANDA

**MEMORY CENTERS AND TEACHING: THE RWANDAN
PATRIOTIC FRONT AND THE DISSEMINATION OF
RWANDAN HISTORY**

RESUMO: O presente artigo tem o intuito de analisar o modo que a história recente de Ruanda é divulgada e interpretada nos centros de memória criados a partir do genocídio de 1994 em diferentes regiões, se aprofundando mais no conteúdo divulgado pelo memorial de Kigali. Tais centros de memória são importantes locais para a difusão da história ruandesa, e possuem uma interpretação histórica que está diretamente ligada à um projeto de poder da Frente Patriótica Ruandesa e de sua liderança, o General Paul Kagame. O presidente General Kagame já comanda Ruanda por mais de duas décadas, e tem construído um governo controverso, com supostos bons resultados no crescimento econômico, diminuição da pobreza e estabilidade política, mas que são atingidos a partir de dados questionáveis, assim como com uma dose significativa de repressão e autoritarismo. A escolha e valorização de determinados episódios e sujeitos históricos, assim como o apagamento e silenciamento de outros, podem nos demonstrar como o controle da história e projetos autoritários caminham lado a lado.

PALAVRAS-CHAVE: Centros de Memória; Ensino de História; Ruanda.

ABSTRACT: This article aims to analyze the way in which the recent history of Rwanda is disseminated and interpreted in the memory centers created after the 1994 genocide in different regions, delving deeper into the content disclosed by the Kigali memorial. Such memory centers are important places for the dissemination of Rwandan history, and have a historical interpretation that is directly linked to a power project of the Rwandan Patriotic Front and its leadership that orbits General Paul Kagame. President General Kagame has ruled Rwanda for more than two decades, and has built a controversial government, with supposedly good results in economic growth, poverty alleviation and political stability, but which are achieved with questionable data, as well as with a dose of significant repression and authoritarianism. The choice and valorization of certain episodes and historical subjects, as well as the erasure and silencing of others, show us how the control of history and authoritarian projects go hand in hand.

KEY WORDS: Memory Centers; History Teaching; Rwanda.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre Antônio Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

CENTROS DE MEMÓRIA E ENSINO: A FRENTE PATRIÓTICA RUANDESA E A DIFUSÃO DA HISTÓRIA DE RUANDA

Danilo Ferreira da Fonseca ¹

Introdução

Em julho de 1994, a Frente Patriótica Ruandesa conquistou boa parte do território ruandês, prendendo ou expulsando muitos perpetradores do genocídio e apoiadores do antigo regime do Presidente General Juvenal Habyarimana. O grupo oposicionista, constituído majoritariamente por exilados políticos e seus familiares (e/ou descendentes) de diferentes momentos dos contextos pós independência de Ruanda² deu fim à um dos maiores genocídios do século XX. Os grupos apoiadores do governo da Segunda República Ruandesa, constituídos majoritariamente por ruandeses ligados à partidos governistas, assim como suas violentas milícias e o Exército ruandês, que se identificavam como Hutus, assassinaram centenas de milhares de ruandeses que eram entendidos e se identificavam como tutsis e também milhares de hutus que faziam parte da oposição política, ou que eram contrários ao genocídio.

O ciclo de violência em Ruanda não se encerra com o fim do genocídio. Milhares de ruandeses hutus fogem do país com medo de represálias, mesmo que a maioria deles fossem inocentes, e se refugiam em campos de refugiados do Congo, locais em que ocorre parte de um contra-genocídio, com o extermínio de milhares de ruandeses, muitos dos quais crianças e mulheres. No entanto, ao contrário do genocídio de 1994, esta história é pouco contada e ainda não julgada pelas cortes internacionais, assim como as diversas violências cometidas pelo novo regime ruandês, controlado pelo General Paul Kagame, líder da Frente Patriótica Ruandesa, e a principal figura política ruandesa desde o fim do genocídio, comandando as tropas ruandesas na invasão da República Democrática do Congo nas duas Guerras do Congo (1996 – 1997 e 1998-2006).³

No poder como presidente desde 2000, Kagame comanda Ruanda de forma dura e autoritária, não dando margem para a oposição, imprensa livre, eleições e, na mesma medida,

¹ Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), campus Irati e professor permanente do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da mesma instituição. daniloffonseca@gmail.com

² No início do século XX, Ruanda foi uma colônia da Alemanha, mas que foi transferida para a Bélgica após a derrota alemã na primeira Guerra Mundial.

³ A Primeira Guerra do Congo teve como um de seus motivos mais imediatos uma fragilidade do regime de Mobutu, fazendo com que a oposição tomasse Kinshasa com apoio da Frente Patriótica Ruandesa, liderada por Paul Kagame, o qual lançou ofensivas contra hutus congolezes em um movimento de contra-genocídio. A primeira guerra do Congo deu as bases para a Segunda Guerra do Congo entre 1998 e 2006, em que Ruanda se fez mais presente no leste do país vizinho. Tal conflito que envolveu em torno de uma dezenas de países africanos (e também conhecido como Guerra Mundial Africana), assassinou algo em torno de 3,8 milhões de pessoas.

para a História. O modo de se narrar e ensinar a história ruandesa se tornou monolítica e diretamente alinhada com os interesses de um regime autoritário que já se perdura por mais de 20 anos no poder. O presente artigo visa discutir como ocorre a difusão da história ruandesa após o genocídio de 1994, tendo como principal foco os Centros Memoriais do Genocídio de Ruanda que possuem uma participação bastante ativa para a construção de uma visão e consciência histórica em Ruanda. Tais centros são responsáveis por divulgar uma série de informações não só do genocídio, mas também de outras temporalidades históricas ruandesas que acabam por balizar a própria visão que o governo possui acerca dos eventos de 1994.

Para conseguirmos compreender este problema, analisamos o material divulgado em seis sites de memórias e também do *Genocide Archive of Rwanda*, que é um dos responsáveis por articular o funcionamento de tais instituições, a partir da *National Commission for the fight Against genocide*. Antes de entrarmos mais diretamente na descrição e análise de tais materiais dos Centros Memoriais, precisamos deixar mais claro as principais características do atual regime ruandês e a sua própria constituição histórica recente, de modo que conseguiremos entender melhor as interpretações históricas produzidas por tais mecanismos governamentais.

Autoritarismo na sociedade ruandesa

Após os acontecimentos de 1994 em Ruanda, o diagnóstico de especialistas e a previsão política para o país era de um cenário bastante pessimista, em que a paz social, crescimento econômico e estabilidade política não seriam atingidos à curto ou médio prazo. Passados mais de duas décadas do genocídio, o que ocorreu em Ruanda foi surpreendente para muitos analistas, na medida que são divulgados dados oficiais positivos em diversos setores da sociedade, como um crescimento econômico significativo, diminuição da pobreza, estabilidade política, que levou Ruanda a receber o apelido de “Cingapura da África”. Tal projeto tem como seu principal fiador e figura pública, o atual presidente Paul Kagame, que frente à tais conquistas se tornou um político bastante reverenciado por alguns mecanismos internacionais e importantes países na geopolítica contemporânea, angariando apoio político e econômico de boa parte da comunidade internacional. Comandando o país com a Frente Patriótica Ruandesa, Kagame se tornou uma referência e um modelo político para agências internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, se tornando inclusive o “Homem do ano” de 2019 pela revista Forbes África, indicando que Kagame seria uma figura política em que outros países africanos deveriam se espelhar.

A Frente Patriótica Ruandesa e Paul Kagame já acumulam mais de duas décadas de poder, em que desde que a FPR expulsou e prendeu parte dos perpetradores do genocídio, foram

acumulando um grande capital político interno e externo, de modo que Kagame já emergiu como uma das principais lideranças ruandesas, se legitimando como um dos principais nomes para a reconstrução do país. O atual presidente está de fato em sua cadeira desde o ano 2000, após a renúncia do presidente Bizimungu, e desde então venceu sucessivas eleições nos anos de 2003, 2010 e 2017, com marcas significativas de 95%, 93% e 98,8% dos votos, tendo o seu mandato atual estabelecido até 2024, quando se completam 30 anos do genocídio. A longevidade de Kagame no poder não parece ser algo que incomode as principais potências mundiais e outros órgãos de financiamento, dadas as suas supostas conquistas e alinhamentos políticos.

O apoio dado ao atual governo da Frente Patriótica Ruandesa também é marcado pelo debate acadêmico, com intelectuais que o exaltam os seus feitos, como é o caso de pesquisadores como Gourevitch (2009), Blair e Buffet (2013), que costumam argumentar que Kagame conseguiu gestar uma unidade nacional para uma territorialidade dividida e com graves conflitos internos, de modo a também construir uma estabilidade econômica e política para além de qualquer expectativa. Por outro lado, existe muita controvérsia acerca de como tais metas foram atingidas e também da própria veracidade de algumas informações, o que coloca Ruanda em um grande conflito de narrativas. Alguns especialistas na política e história ruandesa, como é o caso de Straus e Waldorf (2011), Ansoms, Marijnen, Cioffo e Murison (2017), costumam questionar a maneira que as conquistas e estabilidades foram atingidas, colocando-as como artificiais e alcançadas a partir de um regime político autoritário e com ações questionáveis.

Órgãos internacionais de defesa dos direitos humanos, comumente acusam o governo Ruandês de privar a liberdade de seu povo, impedindo uma plena participação política e de liberdade de opinião, o que resulta na perseguição e exílio de opositorista. Segundo a Anistia Internacional, em matéria divulgada em seu site:

Nas últimas duas décadas, campanhas de difamação, intimidação, desaparecimentos e assassinatos direcionados caracterizaram o espaço político de Ruanda. A Frente Patriótica de Ruanda (RPF) consolidou seu controle sobre o sistema político de Ruanda, deixando pouco espaço para oposição política. Vozes em desdém - seja na política, na mídia ou na sociedade civil - foram sistematicamente silenciadas. A partir de então, usando o argumento da unidade nacional e a luta contra o “divisionismo” e a “ideologia do genocídio”, o governo de Ruanda restringiu continuamente o espaço cívico.⁴

⁴ Anistia Internacional, 2017. [tradução própria] No original: Over the past two decades, smear campaigns, intimidation, disappearances and targeted killings have characterized Rwanda’s political space. The Rwanda Patriotic Front (RPF) has consolidated its control over Rwanda’s political system, leaving little room for political opposition. Dissenting voices – whether in politics, the media or civil society – have been systematically silenced. From then on, using the argument of national unity and the fight against “divisionism” and “genocide ideology”, the Rwandan government has continuously restricted civic space (AMNESTY INTERNATIONAL, 2017).

A perseguição à oposição teve casos bastante emblemáticos, com atentados ocorrendo em outros países, como foi o caso de Patrick Karegeya na África do Sul em 2014, ou ainda as três emboscadas sofridas por Kayumba Nyamwasa, também na África do Sul (TWAGIRAMUNGU, 2015, p. 10), em que o serviço secreto ruandês seria um dos principais suspeitos. Mais recentemente tivemos a polêmica prisão de Paul Rusesabagina, que ficou mundialmente conhecido pelo filme “Hotel Ruanda” (2004) o qual retrata a sua trajetória de ajuda à ruandeses tutsis durante o genocídio. Paul Rusesabagina, que se exilava na Europa e nos Estados Unidos devido suas críticas ao governo de Kagame, teve seu voo ilegalmente desviado quando estava rumo ao Burundi, e acabou por ser preso na capital Kigali sob a acusação de terrorismo e promoção do genocídio. Em 2021, Rusesabagina foi condenado a 25 anos de prisão.

Outro processo que também expressa as ações autoritárias de Paul Kagame, e da Frente Patriótica Ruandesa, foi o fechamento de mais de 700 igrejas evangélicas sob o pretexto de que faltaria a elas condições de higiene, mas é importante destacar que para Phil Clark (especialista na história recente de Ruanda), em entrevista ao Deutsche Welle África, “o encerramento dessas igrejas é um ato muito mais político do que o governo diz. Ele está sinalizando às igrejas, e outras organizações sociais de Ruanda, que elas estão sendo vigiadas. Eu interpreto como um claro aviso.”⁵

As supostas conquistas e ganhos na área econômica também são alvos de desconfiança por parte dos pesquisadores mais críticos do regime de Paul Kagame. Os estudos de Ansoms, Marijnen, Cioffo e Murison apontam que existe muita incoerência nos dados que são divulgados pelo governo ruandês, principalmente naqueles que envolvem a queda da pobreza, que é escondida a partir de dados inconsistentes (ANSOMS, et al, 2017, p. 48). ou até mesmo camuflada no país, obrigando parte da população a se vestir de tal modo que pareça menos pobre, como é o caso da proibição de andar descalço em alguns locais do país, em um movimento que, segundo Ansoms, “uma ‘modernidade imposta’ que parece resultar em nada mais do que a atualização cosmética da vida rural, enquanto oculta a verdadeira extensão da pobreza. Na Ruanda contemporânea, parece ter sido “proibido pela política oficial ser pobre” (ANSOMS, 2009, p. 305), ocorrendo um processo de criminalização da pobreza e da classe trabalhadora ruandesa.

As controvérsias que envolvem a economia ruandesa também estão nas diferentes interpretações no que envolve o crescimento econômico do país e também o modelo de desenvolvimento levado a cabo pelo governo da Frente Patriótica Ruandesa. Para os pesquisadores que realizam uma ode à Kagame, Ruanda conseguiu romper com a sua dependência da exportação do café, como era comum desde a colonização belga até o genocídio

de 1994⁶, para se tornar um dos maiores produtores de uma série de minerais valiosos, como é o caso do Tântalo, Tugstênio e Coltan entre outros metais que são fundamentais para a atual indústria de tecnologia, o que vem resultando em ganhos econômicos expressivos para o país.

Por outro lado, para os críticos do regime essa mudança econômica não seria resultado de uma mudança tão significativa, na medida que o país apenas mudou o produto do qual é dependente, tendo boa parte da sua economia ainda vinculada majoritariamente a um único produto primário. Mas, o que é considerado mais grave nesse cenário, para além de uma nova dependência, são os indícios de que os minérios comercializados por Ruanda sejam ilegalmente adquiridos da República Democrática do Congo, a partir de conflitos armados e ocupações que ocorrem no vizinho de Ruanda (KINNIBURGH, 2014), em que Paul Kagame e a FPR costumam cometer ingerências desde as duas Guerras do Congo (1996-1997 e 1998-2003).

O atual autoritarismo ruandês tem como um de seus pilares jurídicos a constituição da *Law of Genocide Ideology*, que consiste em uma lei que visa coibir e punir o que é chamado genericamente de “Ideologia Genocida” e o “divisionismo” entre os ruandeses. Tal lei é constantemente utilizada para inibir e enquadrar opositores do regime com o argumento de que fomentariam o divisionismo no país e afetariam a unidade nacional, o que, conforme análise de Uwizeyimana (2014), praticamente impossibilita a crítica interna ao governo de Paul Kagame, pois tal crítica seria entendida como uma forma de afetar a estabilidade ruandesa e de dividir a sociedade. Diante desse cenário, de um governo que busca promover uma grande coesão interna – principalmente pela força e calando opiniões contrárias – o modo que a história ruandesa é ensinada e propagada pelos centros memoriais também é de especial atenção e controle da Frente Patriótica Ruandesa e de Kagame, não dando margens para interpretações históricas que possam apontar outras possibilidades para o passado ruandês, e conseqüentemente para o seu presente e futuro.

Os Centros memoriais

Com o fim do genocídio em 1994, locais que foram marcados pela violência, e que passaram por episódios bastante traumáticos e/ou por extermínio emblemáticos, foram instituídos como locais para se rememorar o passado ruandês. O principal intuito destes espaços que transportam para a violência do passado é construir uma paz no presente e duradoura para o futuro. Tais centros são importantes difusores da História, na medida que divulgam conteúdo histórico e possuem projetos que ensinam os professores a trabalhar em sala de aula sobre o

⁵ DEUTSCHE WELLE AFRICA, 2018.

Genocídio, transmitindo uma história oficial por parte do atual governo ruandês. Os centros de memória são geridos pela *National Commission for fight against Genocide (CNLG)*⁷, e atualmente possuem seis principais espaços em Ruanda que estão destinados a produzir e resgatar a memória, conhecimento histórico e difusão deste, sem contar outros espaços menores estabelecidos por outras vias.

Dentre os centros de memória, o que possui mais destaque, financiamento e público é o Kigali Genocide Memorial Center⁸, localizado na capital ruandesa Kigali, e que simboliza o descanso dos restos mortais de mais de 250 mil vítimas do genocídio. Com um espaço bem estruturado e com um site dinâmico e informativo, o memorial possui uma estreita parceria com a AEGIS Trust, uma organização de origem inglesa que visa prevenir crimes contra a humanidade em diferentes regiões do mundo, mas principalmente no continente africano. O Memorial de Kigali possui uma infraestrutura mais elaborada que os outros memoriais distribuídos pelo país, contando com uma biblioteca, um anfiteatro para 1.200 pessoas, loja de souvenir e café, jardins e locais de sepultamento, além de três exposições permanentes. Destas exposições, a primeira busca refletir sobre a história do genocídio de 1994 e do país, já a segunda exposição, intitulada “Wasted Lives” é sobre o crime de genocídio e genocídios pelo mundo (principalmente Namíbia, Armênia, Camboja, Balcãs e o Holocausto), e uma terceira exposição que é dedicada às crianças que foram vítimas do genocídio em 1994.

Além do memorial da capital, Ruanda também possui os Centros de Memória das cidades de Murambi, Bisesero, Nyamata, Nyarubuye e Ntarama, sendo que os três últimos foram construídos em antigas Igrejas Católicas que foram doadas e adaptadas para a preservação da memória do genocídio. Tais Igrejas foram também palcos de massacres, na medida que muitas vítimas buscavam auxílio e refúgio nas igrejas locais para tentar fugir das milícias extremistas e do exército ruandês. No entanto, a não resistência de setores católicos permitiu que os massacres fossem feitos mesmo dentro de tais locais sagrados. Boa parte destes memoriais deixam presentes não só os pertences daqueles que foram brutalmente assassinados na região e as marcas de tiros nas paredes, mas também pilhas de crânios e restos mortais que deixam ainda presentes milhares de vítimas que parecem ainda aclamar por sua salvação. Desta forma, os centros de memória chocam o público visitante trazendo sentimento de tristeza e/ou vergonha de modo também a conscientizar acerca dos crimes cometidos em Ruanda em 1994.

Destes memoriais, apenas o de Kigali possui um site próprio com desenvolvedor específico e conteúdo de interatividade mais elaborado e realizada pela *Aegis Trust*, que também

⁶ A produção de café chegou a representar mais de 90% do PIB ruandês no decorrer da década de 1980, o que em parte corroborou com as crises econômicas e sociais que perpassam no decorrer dos conflitos da década de 1990.

⁷ Site: www.cnl.gov.br

⁸ Site: www.kgm.rw

auxilia na manutenção do próprio memorial. O site apresenta navegabilidade, diferentes sessões com uma grande quantidade de imagens e informações, além da possibilidade de realizar donativos e agendar visitas. Já os memoriais de Ntarama e Nyamata possuem uma sessão própria no site do *Genocide Archive of Rwanda*⁹, com vídeos específicos sobre os memoriais, visitas virtuais e informações gerais e históricas sobre Ruanda. Os demais Centros de Memória dispõem apenas de rápidas descrições no site da *National Commission for Fight Against Genocide* ou possuem sites que na escrita do presente texto estavam indisponíveis por diferentes motivos. Desta forma, trabalharemos mais especificamente com o conteúdo disponível no site do *Kigali Memorial Center* e com sessões do *Nyamata* e *Ntarama Memorial Center*, disponíveis no site do *Genocide Archive of Rwanda*. Refletindo em um primeiro momento acerca do modo que a história de Ruanda é apresentada nos sites e depois como esta história é ensinada nos memoriais.

A história recente de Ruanda nos memoriais:

Os Centros de memória de Ruanda são administrados diretamente pelo governo ruandês, a partir da *National Commission for Fight Against Genocide*, e nesse sentido propagam uma concepção específica do governo acerca de seu próprio passado, sem grandes margens para questionamentos e para um amplo debate historiográfico que possibilita diferentes leituras acerca da controversa e traumática história recente de Ruanda. A partir do material disponibilizado no site dos centros de memória, podemos refletir como a história ruandesa é apresentada para a população em geral, e divulgada em projetos de educação. Em um primeiro momento, é notável que a sessão de história exibida nas páginas dos centros de memória de Ntarama e Nyamata comecem apenas na sessão intitulada de “*Early Violence*”, que se refere ao período de 1959 à 1962. Este momento histórico de Ruanda se trata de um processo fundamental para o fim da colonização belga no país, que se inicia com a Revolução Hutu de 1959 e vai até a declaração de independência em 1962.

Este período revolucionário foi bastante aclamado e comemorado pelos ruandeses no decorrer da Segunda República (1973-1994), sendo entendido como um momento de libertação dos ruandeses e símbolo do fim do colonialismo e da dominação soberana dos Tutsis. Enquanto em momentos anteriores ao genocídio de 1994 a Revolução Hutu de 1959 foi um motivo de comemoração no calendário dos ruandeses, após o genocídio o que fica para o atual governo é apenas como um momento de violência sofrido pelos Tutsis, em que estes foram expulsos de suas casas e obrigados a viver em regiões como refugiados, marcando assim o exílio. É destacado que:

⁹ <https://genocidearchiverwanda.org.rw/>

Os tutsis realocados não estavam satisfeitos com seu novo ambiente devido às más condições de vida e ao desejo de voltar para suas casas. As suas preocupações foram levantadas na Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada de 11 a 12 de dezembro de 1960, onde foi feito um pedido para fechar os campos de refugiados. O chefe do ACNUR na época solicitou que os refugiados pudessem voltar para casa e colher suas colheitas, no entanto, todos os pedidos foram ignorados. [tradução própria].¹⁰

É bastante curioso como a violência do período é apresentada de forma desconexa com o período colonial, na medida que a historiografia aponta que as violências realizadas no decorrer da Revolução Hutu de 1959, e durante a busca pela independência são decorrentes dos próprios abusos cometidos pelos colonizadores e pela elite política e econômica local, composta quase que exclusivamente por aristocratas Tutsis vinculados ao Mwamy.¹¹ Segundo Newbury (1997), a exploração abusiva do trabalho, a escassez de alimentos e baixa qualidade de vida de boa parte da população mais pobre (constituída majoritariamente por hutus) seria um ponto fundamental para as ações violentas da população contra aqueles que estavam no poder, que levou a queda do regime colonial e consequentemente da aristocracia local, que foi expulsa de suas terras, forçando-as ao exílio. O exílio de tais grupos, e o sofrimento causado pelo distanciamento com a terra natal é bastante valorizado em tais narrativas, sendo também presente em parte da produção cultural que Ruanda possui hoje em dia, e é utilizado como se de alguma forma atestasse um direito de retorno de tal população somado a um processo de dominação local. Esses elementos contraditórios do período colonial ruandês não são totalmente ignorados na página do memorial de Nyamata, mas são apresentados como uma mera indução que envolveria o discurso de ódio ocorrido no período próximo ao genocídio, como podemos observar no seguinte trecho:

O governo incitou o ódio aos tutsis acusando-os de serem cúmplices dos Inkotanyi. O discurso de ódio tornou-se predominante, inclusive em alguns sermões da igreja. A propaganda anti-tutsi foi desenvolvida, que caracterizou os tutsis como inescrupulosos e não confiáveis e como o povo que oprimiu os hutus durante o período colonial [tradução própria].¹²

¹⁰ No original: The relocated Tutsis were not content with their new environment due to poor living conditions and a desire to return to their homes. Their concerns were raised with the United Nations General Assembly held on 11th-12th December 1960 where a request to close the refugee camps was made. The head of the UNHCR at that time requested that the refugees be allowed to return home and harvest their crops however, all requests were ignored.

¹¹ O Mwamy era um soberano que em Ruanda possuía a origem Tutsi, e que a partir da ascensão de Mutara III passou a colaborar mais diretamente com o poder colonial belga e em um processo de abertura para costumes dos colonizadores.

¹² No original: The government incited hatred of Tutsis by accusing them of being accomplices of the Inkotanyi. Hate speech became prevalent including in some church sermons. Anti-Tutsi propaganda was developed, which characterised Tutsis as unscrupulous and untrustworthy and as the people who oppressed the Hutu during the colonial period.

É importante destacar que esse discurso e incitação ao ódio foi bastante observado no decorrer do início da década de 1990, e utilizado para a execução do genocídio, mas isso não elimina a violência realizada pela aristocracia tutsi, o que é observado em diversas pesquisas sobre a temática. No entanto, também é claro, que tal violência cometida no período colonial não justificaria de modo algum a violência praticada nas décadas seguintes. Essa negação das tensões existentes no período colonial ruandês pode também ser analisada a partir de um pequeno trecho retirado do site do Centro Memorial de Kigali, em que se explica uma de suas exposições:

A primeira parte desta exposição dá um esboço da sociedade ruandesa antes da colonização, incluindo as características unificadoras e a harmonia que existia antes da colonização, bem como um sabor das dificuldades da vida cotidiana [tradução própria].¹³

Podemos observar que este trecho demonstra um entendimento de que a colonização acabou por desfazer uma sociedade harmoniosa, criando divisões em Ruanda, como se o processo colonial fosse o principal e único responsável pelas tensões sociais ruandesas, ignorando toda a interação e colaboração entre a elite local e o poder colonial. Essa visão harmoniosa e unitária de uma sociedade pré-colonial ruandesa que é corrompida e dividida pelo poder colonial belga é também presente em outros documentos do governo ruandês, como é o caso do documento “Rwandan Cultural Value in National Development”, construído pela NURC - “National Unity and Reconciliation Commission” (Comissão de União Nacional e reconciliação) no ano de 2011, que divulga uma história harmoniosa e unitária entre os ruandeses, que seriam culturalmente patrióticos e voltados ao trabalho.

Essa divulgação e ensino de uma história unitária e harmoniosa entre os ruandeses está vinculado ao próprio projeto de poder da Frente Patriótica Ruandesa, na medida que na prática o governo ruandês inibe de forma violenta visões dissidentes, pregando um patriotismo exacerbado. Para o General Kagame e a Frente Patriótica Ruandesa, posições políticas contrárias teriam supostamente uma tendência divisionista da população ruandesa, o que levaria a uma tentativa de propagação de ideais genocidas, que de acordo com a *Law of Genocide Ideology* deve ser reprimido. No entanto, para além de inibir uma possível violência genocida, o que vemos é uma repressão da oposição e daqueles que não estão alinhados ao governo.

A busca por uma sociedade mais coesa e unitária fez com que a FPR acabasse oficialmente com as identidades baseadas em tutsis e hutus, de modo que – com uma orientação governamental – tais identidades deveriam deixar de existir, desconsiderando suas

¹³ No original: The first part of this exhibition gives an outline of Rwandan society before colonisation, including the unifying features and the harmony that existed before colonisation as well as a flavour of the hardships of everyday life.

complexidades sociais e históricas, de modo que toda a população de Ruanda passou a ser formada meramente por ruandeses. No entanto, é importante notarmos que o apagamento das diferenças existentes entre os supostos grupos étnicos é muito mais forte e forçado para os hutus do que para os tutsis, na medida que a Frente Patriótica Ruandesa tem historicamente uma participação majoritária de tutsis. Esse apagamento pode inclusive ser quantificado, pois se observarmos a página do memorial de Nyamata, o termo hutu quase não aparece, enquanto o termo tutsi aparece 25 vezes. Já no site de Ntarama o termo tutsi aparece 31 vezes, enquanto hutu aparece apenas 1 vez. É curioso notar que, por outro lado, nas memórias e relatos disponíveis nos sites os termos tutsis e hutus são frequentes. Essa diferença quantitativa ocorre em grande medida, pois é frequente nas páginas dos centros de memória ter a referência do genocídio de 1994 como sendo o “genocídio tutsi”, ignorando uma parcela significativa de hutus que também foram assassinados por serem moderados – ou meramente contra o genocídio – ou ainda as ações contra- genocidas, que também vitimaram milhares de hutus.

Considerações finais

A história Ruandesa contada e ensinada pelos centros de memória acaba por gravitar em torno do genocídio de 1994. Este é o sol que ilumina todo o debate e que também ofusca outros, em um jogo de luzes e sombras, que traz novos direcionamentos e sentidos para a história local. O que antes era uma Revolução heroica, como é o caso da Revolução Hutu de 1959, se torna uma mácula inicial de ciclo de violência e da experiência do exílio. Em uma sociedade que a sua própria complexidade e pluralidade levou ao conflito, a solução encontrada foi inibir a diferença em todos os seus âmbitos. Passados quase 30 anos do genocídio de 1994, a história contada e ensinada em Ruanda esconde e manipula processos históricos em benefício de um projeto de poder. Este, por sinal, ao não tolerar opiniões contrárias, prega uma plena unidade entre os ruandeses que só pode ser alcançada com o uso da força. Com o discurso de “para que isso nunca mais se repita”, o passado ruandês fica obscuro e repleto de não-ditos, enquanto que um passado tirado a limpo e amplamente debatido poderia trazer resultados promissores. E nessa relação atual entre o passado e o presente, o futuro ruandês fica mais próximo de repetir aquilo que inúmeras vezes juramos evitar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMNESTY INTERNATIONAL, **Rwanda’s repressive tactics silence dissent before elections**, 2017, in: <https://www.amnesty.org/en/latest/campaigns/2017/08/rwandas-repressive-tactics-silence-dissent-before-elections/>

- ANSOMS, An. Re-engineering rural society: the visions and ambitions of the Rwandan elite. *African Affairs*, 108/431, Oxford, **Oxford university press**, pp. 289-309, 2009.
- ANSOMS, An, MARIJNEN E. CIOFFO, J. MURISON, J. Statistics versus livelihoods: questioning Rwanda's pathway out of poverty. **Review of African Political Economy**, vol 44, nº 151, pp. 47-65, 2017.
- ANSOMS, A. Rwanda's Post-Genocide Economic Reconstruction. The Mismatch between Elite Ambitions and Rural Realities. In S. STRAUS, S., WALDORF, L. (eds), **Remaking Rwanda. State Building and Human Rights after Mass Violence**. Madison: The University of Wisconsin Press, 240–51.
- BADI, M. La globalización neoliberal: las alternativas africanas. Buenos Aires, **Revista Theomai**, n 17, p. 77-87, 2008.
- BLAIR, T., BUFFET, H. **Stand with Rwandans**. Now is no time to cut aid to Kigali. *Foreign Policy*, February 21. 2013
- CLARK, P. **The Gacaca Courts**, Post-Genocide Justice and Reconciliation in Rwanda. Justice without Lawyers. London: Cambridge University Press, 2010.
- CRISAFULLI, Patricia, REDMOND, Andrea. **Rwanda, Inc.:** how a devastated nation became an economic model for the developing world. Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2012.
- FONSECA, Danilo Ferreira da. A mídia ruandesa no genocídio de 1994: a relação entre tutsis, Inkotanyis e a Frente Patriótica Ruandesa. **Em Tempo de Histórias**, nº 22, p. 56-77, 2013.
- GOUREVITCH, Philip. The Life After. Fifteen years after the genocide in Rwanda, the reconciliation defies expectations. **The New Yorker**, 4 de maio, p. 35–50, 2009.
- KINNIBURGH, Colin. Beyond "Conflict Minerals": The Congo's Resource Curse Lives On. **Dissent**, v. 61, n. 2, p. 61-68, 2014.
- NEWBURY, Catharine. Ethnicity and the politics of history in Rwanda. **África Today**, v. 2, n. 44, p. 211 – 222, 1997.
- STRAUS, Scott. **The order of the genocide: race, power, and war in Rwanda**. Ithaca, Cornell University Press, 2006.
- STRAUS, S., WALDORF, L. (eds) **Remaking Rwanda. State Building and Human Rights after Mass Violence**. Madison: The University of Wisconsin Press, 2011.
- SUNDBERG, Molly. **Training for Model Citizenship: An Ethnography of Civic Education and State-Making in Rwanda**. Upsalla, Palgrave Macmillan US, 2016.
- TWAGIRAMUNGU, Noel. Embracing Neo-liberalism in Uganda and Rwanda. In: LAHAI, J.,
- UWIZEYUMANA, Dominique. Aspects and Consequences of the Rwandan Law of Genocide Ideology: A Comparative Analysis. **Mediterranean Journal of Social Sciences, MCSER Publishing**, Rome-Italy, Vol 5, No 23, p. 2370 – 2379, 2014.

Recebido em: 29/07/2022

Aprovado em: 30/11/2022